

DATA DA REUNIÃO: QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.---

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.---

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: NOVE HORAS E CINQUENTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS.-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) O senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de vinte e dois de janeiro findo, do qual se junta cópia à presente ata, que delegou no senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa a competência para presidir ao conselho cinegético e da conservação da fauna municipal.-----

b) O senhor presidente deu também conhecimento do seu despacho de vinte e três do mesmo mês de janeiro, proferido ao abrigo de competência delegada por deliberação da câmara municipal de vinte e um de outubro último, que aprovou a 1ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento, que consistiu na 1ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Plano de Atividades e ao Orçamento da Despesa.-----

Anexa-se cópia do aludido despacho à presente ata.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

3

**CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL -
PRESIDENTE**

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, pelo presente ato, ao abrigo das disposições conjugadas do nº 2 do artº 36º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e no nº 1 do artº 157º do Decreto-lei 202/2004, de 18 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-lei 2/2011, de 6 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, delego, de harmonia com o meu despacho de vinte e um de outubro último, que distribuiu pelos senhores vereadores as diversas áreas de gestão municipal, no senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa, a competência para presidir ao Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.-----

Publicite-se e envie-se cópia para o departamento de planeamento e ambiente.-----

Dar conhecimento em reunião de câmara.-----

Santo Tirso, 22 de janeiro de 2014

O Presidente,

DESPACHO

4



1º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2014

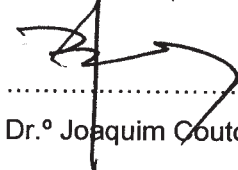
Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 21/10/2013, item 5, n.º 1-a), aprovar a 1ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, com reforço de verbas no montante 1.724.100,00€ (um milhão setecentos e vinte e quatro mil, e cem euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de Despesas, cujo teor passa a constituir as subsequentes 8 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Finanças e Compras para execução.

Santo Tirso, 23 de janeiro de 2014

O Presidente,



.....

Dr.º Joaquim Couto

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
IRAC

Serviços de Consultoria,
Ação Social e Atendimento
Geral e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

5

Handwritten signature and initials.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014

MODIFICAÇÃO N.º 1

ALTERAÇÃO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º1

ALTERAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS N.º1

ALTERAÇÃO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL N.º1

janeiro 2014

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2014 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA						
				Número : 1		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	010107		Pessoal em regime tarefa ou avença	35.000,00	80.000,00	
02	010109		Pessoal em qualquer outra situação	120.000,00		80.000,00
02	02010299		Outros	128.000,00	50.000,00	
02	020107		Vestuário e artigos pessoais	37.000,00	30.000,00	
02	020115		Prémios condecorações e ofertas	56.000,00	10.000,00	
02	020117		Ferramentas e utensílios	10.000,00	8.000,00	
02	020120		Material educação cultura e recreio	301.000,00	90.000,00	
02	020213		Deslocações e estadias	24.500,00	10.000,00	
02	020214		Estudos parceres projectos e consultadoria	44.000,00	10.000,00	
02	020216		Seminários exposições e similares	25.650,00	2.000,00	
02	020217		Publicidade	199.000,00	10.000,00	
02	020218		Vigilância e segurança	4.000,00	2.000,00	
02	02022001		Recolha residuos solidos	700.000,00		188.000,00
02	02022002		Tratamento de residuos solidos	650.000,00		184.000,00
02	02022009		Serviços especializados diverso	786.500,00	150.000,00	
02	04050102		Freguesias	657.000,00	50.000,00	
02	040701		Instituições sem fins lucrativos	1.876.750,00		50.000,00
02	070101		Terrenos	827.547,83	100,00	
02	07010301		Instalações serviços	1.534.530,63	120.000,00	
02	07010302		Instalações desportivas e recreativas	793.291,56	100.000,00	
02	07010305		Escolas	1.989.265,85	165.000,00	
02	07010307		Outros	1.903.111,87	32.000,00	
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.187.548,77		243.000,00
02	07010404		Iluminação pública	377.094,92	420.000,00	
02	07010412		Cemitérios	123.712,26	15.000,00	
02	070115		Outros investimentos	3.556.212,45		609.100,00
02	08050104		Associações de municípios	349.000,00		100.000,00
02	090702		Sociedades e quase-sociedades não financeiras-publ	283.000,00	370.000,00	
02	100603		Sociedades financeiras-bancos e outras inst. finan	2.000.000,00		270.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					1.724.100,00	1.724.100,00

Tipo de Modificação : APA - ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES						
				Número : 1		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	040701	2014 A 3	REFEIÇÕES ESCOLARES - JARDINS DE INFÂNCIA E 1º CIC	550.000,00		30.000,00
02	040701	2014 A 6	PROGRAMA DE APOIO AQUISIÇÃO DE LIVROS E MATERIAL E	70.000,00		10.000,00
02	040701	2014 A 14	CAMPEONATOS CONCELHIOS DE DIVERSAS MODALIDADES DES	32.000,00	80.000,00	
02	040701	2014 A 32	SUBSÍDIOS ÀS COOPERAÇÕES DE BOMBEIROS	100.000,00		20.000,00
02	040701	2014 A 42	ASSOCIATIVISMO/COMISSÕES DE FESTAS	70.000,00		20.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					80.000,00	80.000,00

Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS						
				Número : 1		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010401	2002 I 98	PAVIMENTAÇÃO ADRO IGREJA E ÁREA CIRCUNDANTE-PALMEI	11.060,57	60.000,00	
02	07010412	2002 I 140	AMPLIAÇÃO CEMITÉRIO VILARINHO E CONSTRUÇÃO CAPELA	4.587,91	15.000,00	
02	07010401	2002 I 393	EXECUÇÃO OBRAS ÂMBITO DESCLASSIFICAÇÃO ESTRADAS NA	114.382,65		100.000,00
02	07010305	2002 I 396	CONSTRUÇÃO EBI S. TOMÉ NEGRELOS - PROTOCOLO COM DR	597.306,58	100.000,00	
02	07010307	2006 I 46	CONSTRUÇÃO CAPELA MORTUÁRIA E ARRUMOS CEMITÉRIO S.	181.445,42	2.000,00	
02	07010401	2006 I 110	REQUALIFICAÇÃO URBANA CIDADE SANTO TIRSO - RUA OLI	227.741,66		100.000,00
02	07010404	2006 I 261	MODERNIZAÇÃO REDES ABASTECIMENTO ENERGIA ELÉCTRICA	74.473,92	20.000,00	
02	070115	2007 I 72	MUSEU INTERNACIONAL ESCULTURA CONTEMPORÂNEA E MUSE	2.667.554,47		609.100,00
02	07010401	2008 I 7	REQUALIFICAÇÃO RUA SILVA ARAÚJO - VILA AVES	5.918,00	82.000,00	
02	07010305	2008 I 18	CENTRO ESCOLAR DA ERMIDA - AMPLIAÇÃO EDIFÍCIO ESCO	191.361,08	50.000,00	
02	07010401	2008 I 25	ALARGAMENTO E PAV. ELIXO, RUAS, DEVESA, GINJO E VIL	5.000,00	35.000,00	
02	07010305	2008 I 37	AMPLIAÇÃO DO REFEITÓRIO DO EDIFÍCIO ESCOLAR LAGE -	20.425,06	15.000,00	
02	07010401	2009 I 7	ESTRUTURA VIÁRIA ENVOLVENTE ROTUNDA A41/VARIANTE E	129.382,52		50.000,00

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2014 Data Aprovação :

Página: 2

02	07010401	2009 I 17	INTERVENÇÃO NA RUA VISCONDE CANTIM - REGUENGA	144.000,00	150.000,00	
02	07010301	2010 I 35	FÁBRICA TELES - IMOD - INCUBADORA MODA E DESIGN	967.917,22	100.000,00	
02	07010404	2010 I 36	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E RED	302.621,00	400.000,00	
02	07010401	2010 I 70	PROTOCOLO - SANTO TIRSO / REFER / FAMILICÃO - PONT	300.000,00		250.000,00
02	07010301	2011 I 1	REMODELAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DO POSTO DE TURISM	10.000,00	20.000,00	
02	07010401	2011 I 23	REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DIAS MACHADO - S. MARTIN	21.635,00	95.000,00	
02	07010307	2011 I 30	REABILITAÇÃO DA AZENHA NA MARGEM RIO AVE	71.352,98	30.000,00	
02	07010302	2012 I 1	CENTRO DE ARTES E CULTURA	106.000,00	100.000,00	
02	070101	2012 I 3	INTERVENÇÃO/REQUALIFICAÇÃO EDIFÍCIO DA EX-EMPRESA	241.536,40	100,00	
02	07010401	2012 I 15	REFORMULAÇÃO CANAL ESCOAMENTO DE LINHA DE AGUA NO	106.000,00		100.000,00
02	07010401	2013 I 28	ARRANJOS ENVOLVENTES À PISCINA MUNICIPAL	130.000,00		100.000,00
02	07010401	2013 I 40	BENEFICIAÇÃO DA AVENIDA 4 DE ABRIL DE 1955 - VILA	18.922,84	35.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:				1.309.100,00	1.309.100,00	
Total Geral :				3.113.200,00	3.113.200,00	

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

87 A

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1	
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 1	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 1	DO ANO CONTABILISTICO DE 2014	DATA DE APROVAÇÃO 2014/01/23	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	25.578.716,14	1.724.100,00	1.724.100,00	25.578.716,14	
	01	Despesas com o pessoal	155.000,00	80.000,00	80.000,00	155.000,00	
	0101	Remunerações certas e permanentes	155.000,00	80.000,00	80.000,00	155.000,00	
	010107	Pessoal em regime tarefa ou avença	35.000,00	80.000,00		115.000,00	
	010109	Pessoal em qualquer outra situação	120.000,00		80.000,00	40.000,00	
	02	Aquisições bens serviços	2.965.650,00	372.000,00	372.000,00	2.965.650,00	
	0201	Aquisições bens	532.000,00	188.000,00		720.000,00	
	020102	Combustíveis e lubrificantes	128.000,00	50.000,00		178.000,00	
	02010299	Outros	128.000,00	50.000,00		178.000,00	
	020107	Vestuário e artigos pessoais	37.000,00	30.000,00		67.000,00	
	020115	Prêmios condecorações e ofertas	56.000,00	10.000,00		66.000,00	
	020117	Ferramentas e utensílios	10.000,00	8.000,00		18.000,00	
	020120	Material educação cultura e recreio	301.000,00	90.000,00		391.000,00	
	0202	Aquisição serviços	2.433.650,00	184.000,00	372.000,00	2.245.650,00	
	020213	Deslocações e estadias	24.500,00	10.000,00		34.500,00	
	020214	Estudos parceres projectos e consultadoria	44.000,00	10.000,00		54.000,00	
	020216	Seminarios exposições e similares	25.650,00	2.000,00		27.650,00	
	020217	Publicidade	199.000,00	10.000,00		209.000,00	
	020218	Vigilância e segurança	4.000,00	2.000,00		6.000,00	
	020220	Outros trabalhos especializados	2.136.500,00	150.000,00	372.000,00	1.914.500,00	
	02022001	Recolha residuos solidos	700.000,00		188.000,00	512.000,00	
	02022002	Tratamento de residuos solidos	650.000,00		184.000,00	466.000,00	
	02022009	Serviços especializados diverso	786.500,00	150.000,00		936.500,00	
	04	Transferencias correntes	2.533.750,00	50.000,00	50.000,00	2.533.750,00	
	0405	Administração local	657.000,00	50.000,00		707.000,00	
	040501	Continente	657.000,00	50.000,00		707.000,00	
	04050102	Freguesias	657.000,00	50.000,00		707.000,00	
	0407	Instituições sem fins lucrativos	1.876.750,00		50.000,00	1.826.750,00	
	040701	Instituições sem fins lucrativos	1.876.750,00		50.000,00	1.826.750,00	
	07	Aquisição bens capital	17.292.316,14	852.100,00	852.100,00	17.292.316,14	
	0701	Investimentos	17.292.316,14	852.100,00	852.100,00	17.292.316,14	
	070101	Terrenos	827.547,83	100,00		827.647,83	
	070103	Edifícios	6.220.199,91	417.000,00		6.637.199,91	
	07010301	Instalações serviços	1.534.530,63	120.000,00		1.654.530,63	
	07010302	Instalações desportivas e recreativas	793.291,56	100.000,00		893.291,56	
	07010305	Escolas	1.989.265,85	165.000,00		2.154.265,85	
	07010307	Outros	1.903.111,87	32.000,00		1.935.111,87	
	070104	Construções diversas	6.688.355,95	435.000,00	243.000,00	6.880.355,95	
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.187.548,77		243.000,00	5.944.548,77	
	07010404	Iluminação pública	377.094,92	420.000,00		797.094,92	
	07010412	Cemitérios	123.712,26	15.000,00		138.712,26	
	070115	Outros investimentos	3.556.212,45		609.100,00	2.947.112,45	
	08	Transferencias capital	349.000,00		100.000,00	249.000,00	
	0805	Administração local	349.000,00		100.000,00	249.000,00	
	080501	Continente	349.000,00		100.000,00	249.000,00	
	08050104	Associações de municípios	349.000,00		100.000,00	249.000,00	
	09	Activos financeiros	283.000,00	370.000,00		653.000,00	
	0907	Ações e outras participações	283.000,00	370.000,00		653.000,00	
	090702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras-publicas	283.000,00	370.000,00		653.000,00	
	10	Passivos financeiros	2.000.000,00		270.000,00	1.730.000,00	
	1006	Empréstimos a médio e longo prazo	2.000.000,00		270.000,00	1.730.000,00	

97 A

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 2
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 1	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 1	DO ANO CONTABILISTICO DE 2014	DATA DE APROVAÇÃO 2014/01/23
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS				DESPESA		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA		DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
	100603	Sociedades financeiras-bancos e outras inst. financeiras	2.000.000,00		270.000,00	1.730.000,00
TOTAL ...			25.578.716,14	1.724.100,00	1.724.100,00	25.578.716,14
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				502.000,00	502.000,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				1.222.100,00	1.222.100,00	

Em ____ de ____ de ____

Aprovada em reunião de ____

O Presidente da Camara, _____

Os Vereadores:

_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

107 A

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS																	PÁGINA : 1	
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 1 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2014 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 1 DATA DE APROVAÇÃO 2014/01/23																		
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			ANOS SEGUINTE	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEGUINTE						
						ANO EM CURSO				ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		
						TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE		
1.		Funções gerais			76.700,64	10.000,00	10.000,00			20.000,00				30.000,00	30.000,00					
1.1.		Serviços gerais de administração pública			76.700,64	10.000,00	10.000,00			20.000,00				30.000,00	30.000,00					
1.1.1.		Administração geral			76.700,64	10.000,00	10.000,00			20.000,00				30.000,00	30.000,00					
1.1.1. 01	2011 I 1	REMODELACÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DO POSTO DE TURISMO	DPA/DOM	02 07010301	76.700,64	10.000,00	10.000,00			20.000,00				30.000,00	30.000,00					
2.		Funções sociais			9.336.751,58	5.267.830,53	5.267.830,53	17.205.778,52		-375.000,00		-591.200,00		4.892.830,53	4.892.830,53		10900578,52	5.714.000,00		
2.1.		Educação			8.145.202,93	809.092,72	809.092,72			165.000,00				974.092,72	974.092,72					
2.1.1.		Ensino não superior			8.145.202,93	809.092,72	809.092,72			165.000,00				974.092,72	974.092,72					
2.1.1. 58	2002 I 396	CONSTRUÇÃO EBI S. TOMÉ	DPA/DOM	02 07010305	7.218.399,96	597.306,58	597.306,58			100.000,00				697.306,58	697.306,58					
2.1.1. 09	2008 I 18	NEGRELOS - PROTOCOLO COM DREN	DPA/DOM	02 07010305	868.465,78	191.361,08	191.361,08			50.000,00				241.361,08	241.361,08					
2.1.1. 19	2008 I 37	AMPLIAÇÃO DO REPRITÓRIO DO EDIFÍCIO ESCOLAR LAGE - VILARINHO	DPA/DOM	02 07010305	58.337,17	20.425,06	20.425,06			15.000,00				35.425,06	35.425,06					
2.4.		Habituação e serviços colectivos			837.051,38	1.241.033,96	1.241.033,96	3.652.838,52		39.000,00		-182.000,00		1.286.033,96	1.286.033,96		3.420.838,52	50.000,00		
2.4.2.		Ordenamento do território			801.545,54	1.055.000,63	1.055.000,63	3.652.838,52		22.000,00		-182.000,00		1.077.000,63	1.077.000,63		3.420.838,52	50.000,00		
2.4.2. 18	2002 I 98	PAVIMENTAÇÃO ADRO IGREJA E ÁREA CIRCUNJANTE-PALMEIRA	DPA/DOM	02 07010401	109.205,14	11.060,57	11.060,57	120.000,00		60.000,00		-60.000,00		71.060,57	71.060,57		60.000,00			
2.4.2. 44	2006 I 110	REQUALIFICAÇÃO URBANA CIDADE SANTO TIRESO - RUA OLIVEIRA SALAZAR E VIA PANORÂMICA - PROJECTO	DPA/DOM	02 07010401	29.744,65	227.741,66	227.741,66	1.047.498,48		-100.000,00		100.000,00		127.741,66	127.741,66		1.147.498,48			
2.4.2. 02	2008 I 7	REQUALIFICAÇÃO RUA SILVA ARAÚJO - VILA AVES	DPA/DOM	02 07010401		5.918,00	5.918,00	235.000,00		82.000,00		-82.000,00		87.918,00	87.918,00		153.000,00			
2.4.2. 05	2009 I 7	ESTRUTURA VIÁRIA ENVOLVENTE ROTUNDA A41/VARIANTE EN105 E VALE PISÃO - ÁGUA LONGA	DPA/DPA/DOM		662.595,71	325.722,56		1.770.340,04				50.000,00		275.722,56			1.770.340,04	50.000,00		
2.4.2. 05	2009 I 7			02 07010401			129.382,52			-50.000,00					79.382,52					
2.4.2. 05	2009 I 7			02 070101			196.340,04								196.340,04					
2.4.2. 07	2009 I 17	INTERVENÇÃO NA RUA VISCONDE CANTIN - RESERVENÇA	DPA/DOM	02 07010401	144.000,00	144.000,00		60.000,00		150.000,00		-60.000,00		294.000,00	294.000,00					
2.4.2. 11	2010 I 70	PROTOCOLO - SANTO TIRESO / REFER / FAMILIAR - PONTE PEDONAL CANIÇOS	DPA/DOM	02 07010401	300.000,00	300.000,00				-250.000,00				50.000,00	50.000,00					
2.4.2. 11	2011 I 23	REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DIAS MACHADO - S. MARTINHO DO CAMPO	DPA/DOM	02 07010401	21.635,00	21.635,00		320.000,00		95.000,00		-95.000,00		116.635,00	116.635,00		225.000,00			
2.4.2. 09	2013 I 40	BENEFICIAÇÃO DA AVENIDA 4 DE ABRIL DE 1955 - VILA DAS AVES	DPA/DOM	02 07010401	18.922,84	18.922,84		100.000,00		35.000,00		-35.000,00		53.922,84	53.922,84		65.000,00			
2.4.3.		Cemitérios			5.479,96	181.445,42	181.445,42			2.000,00				183.445,42	183.445,42					
2.4.3.2.		Cemitérios			5.479,96	181.445,42	181.445,42			2.000,00				183.445,42	183.445,42					
2.4.3.2. 18	2006 I 46	CONSTRUÇÃO CAPELA MORTUÁRIA E ARBÓREOS CEMITÉRIO S. TOMÉ	DPA/DOM	02 07010307	5.479,96	181.445,42	181.445,42			2.000,00				183.445,42	183.445,42					
2.4.6.		Protecção do meio ambiente e conservação da natureza			30.025,88	4.587,91	4.587,91			15.000,00				19.587,91	19.587,91					
2.4.6. 26	2002 I 140	AMPLIAÇÃO CEMITÉRIO VILARINHO E CONSTRUÇÃO CAPELA MORTUÁRIA	DPA	02 07010412	30.025,88	4.587,91	4.587,91			15.000,00				19.587,91	19.587,91					
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos			354.497,27	3.217.703,85	3.217.703,85	13.552.940,00		-579.000,00		-409.200,00		2.638.703,85	2.638.703,85		7.479.740,00	5.664.000,00		
2.5.1.		Cultura			324.646,62	3.016.350,87	3.016.350,87	13.552.940,00		-509.000,00		-509.200,00		2.507.350,87	2.507.350,87		7.379.740,00	5.664.000,00		

PA **A**

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEGUINTE				
						ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		
						TOTAL	DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE
				TRANSPORTE	9.058.954,95	2.060.126,68	2.060.126,68		3.652.838,52	224.000,00	-182.000,00		2.284.126,68	2.284.126,68		3.420.838,52	50.000,00
2.5.1. 04	2007 I 72	MUSEU INTERNACIONAL ESCULTURA CONTEMPORÂNEA E MUSEU ABADE PEDROSA	DPA/DOM	02 070115	324.646,42	2.667.554,47	2.667.554,47	2.000.000,00	-609.100,00		-609.100,00		2.058.454,47	2.058.454,47		390.900,00	1.000.000,00
2.5.1. 01	2012 I 1	CENTRO DE ARTES E CULTURA	DPA/DOM	02 07010302		106.000,00	106.000,00	10.494.000,00	100.000,00		100.000,00		206.000,00	206.000,00		6.354.000,00	4.240.000,00
2.5.1. 02	2012 I 3	INTERVENÇÃO/REQUALIFICAÇÃO EDIFÍCIO DA EX-EMPRESA INDUSTRIAL SANTO TIRSO	DPA/DAP/DOM			242.796,40		1.058.940,00			-100,00		242.896,40			634.840,00	424.000,00
2.5.1. 02	2012 I 3			02 070101			241.536,40		100,00					241.636,40			
2.5.1. 02	2012 I 3			02 07010302			1.260,00							1.260,00			
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer			29.850,65	201.352,98	201.352,98		-70.000,00		100.000,00		131.352,98	131.352,98		100.000,00	
2.5.2. 01	2011 I 30	REABILITAÇÃO DA AZENHA NA MARGEM RIO AVE	DPA/DOM	02 07010307	29.850,65	71.352,98	71.352,98		30.000,00				101.352,98	101.352,98			
2.5.2. 05	2013 I 28	ARRANCOS ENVOLVENTES À PISCINA MUNICIPAL	DPA/DOM	02 07010401		130.000,00	130.000,00		-100.000,00		100.000,00		30.000,00	30.000,00		100.000,00	
3.		Funções económicas			6.061.442,98	1.571.394,79	1.571.394,79	544.249,44	355.000,00		-404.249,44		1.926.394,79	1.926.394,79		140.000,00	
3.2.		Indústria e energia			3.009.489,54	1.345.012,14	1.345.012,14	369.249,44	520.000,00		-369.249,44		1.865.012,14	1.865.012,14			
3.2. 05	2006 I 261	MODERNIZAÇÃO REDES ABASTECIMENTO ENERGIA ELÉCTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	DPA/DOM	02 07010404	499.641,29	74.473,92	74.473,92		20.000,00				94.473,92	94.473,92			
3.2. 01	2010 I 35	FÁBRICA TELES - IMOD - INCUBADORA MODA E DESIGN	DPA/DOM	02 07010301	2.470.017,74	967.917,22	967.917,22		100.000,00				1.067.917,22	1.067.917,22			
3.2. 02	2010 I 36	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	DPA/DOM	02 07010404	39.830,51	302.621,00	302.621,00	369.249,44	400.000,00		-369.249,44		702.621,00	702.621,00			
3.3.		Transportes e comunicações			3.051.953,44	226.382,65	226.382,65	175.000,00	-165.000,00		-35.000,00		61.382,65	61.382,65		140.000,00	
3.3.1.		Rede viária urbana e rural			3.051.953,44	226.382,65	226.382,65	175.000,00	-165.000,00		-35.000,00		61.382,65	61.382,65		140.000,00	
3.3.1. 182	2002 I 393	EXECUÇÃO OBRAS ÂMBITO DESCLASSIFICAÇÃO ESTRADAS NACIONAIS	DOM	02 07010401	3.051.953,44	114.382,65	114.382,65		-100.000,00				14.382,65	14.382,65			
3.3.1. 005	2008 I 25	ALARGAMENTO E PAV. R. RIO, RUAS, DEVESSA, GINJO E VILARINHO S. ROMÃO - S. TOMÉ DE NEGRELOS	DPA/DAP/DOM			6.000,00		175.000,00			-35.000,00		41.000,00			140.000,00	
3.3.1. 005	2008 I 25			02 07010401			5.900,00		35.000,00					40.000,00			
3.3.1. 005	2008 I 25			02 070101			1.000,00							1.000,00			
3.3.1. 007	2012 I 15	REFORMULAÇÃO CANAL ESCOAMENTO DE LINHA DE AGUA NO LUGAR DA CUÇA - SANTO TIRSO	DOM	02 07010401		106.000,00	106.000,00		-100.000,00				5.000,00	6.000,00			
TOTAL ...					15474095,20	6.849.225,32	6.849.225,32	17.750.027,96			-995.449,44		6.849.225,32	6.849.225,32		11040578,52	5.714.000,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL															PÁGINA : 1			
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 1		DO ANO CONTABILÍSTICO: 2014		NÚMERO:		DATA DE APROVAÇÃO 2014/01/23												
		ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES		1																
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEGUINTE							
						ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE					
						TOTAL	DEFINIDA		NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE		
1.		Funções gerais				147.100,00	147.100,00			-20.000,00				127.100,00	127.100,00					
1.2.		Segurança e ordem pública				147.100,00	147.100,00			-20.000,00				127.100,00	127.100,00					
1.2.1.		Protecção civil e luta contra incêndios				147.100,00	147.100,00			-20.000,00				127.100,00	127.100,00					
1.2.1. 01	2014 A 32	SUBSÍDIOS ÀS COOPERAÇÕES DE BOMBEIROS	DA			147.100,00								127.100,00						
1.2.1. 01	2014 A 32			02 040701			100.000,00			-20.000,00					80.000,00					
1.2.1. 01	2014 A 32			02 060701			47.100,00								47.100,00					
2.		Funções sociais				1.270.900,00	1.270.900,00	1.972.000,00	20.000,00		28.000,00		1.290.900,00	1.290.900,00		1.030.000,00	970.000,00			
2.1.		Educação				1.127.000,00	1.127.000,00	1.940.000,00	-40.000,00		40.000,00		1.087.000,00	1.087.000,00		1.010.000,00	970.000,00			
2.1.2.		Serviços auxiliares de ensino				1.127.000,00	1.127.000,00	1.940.000,00	-40.000,00		40.000,00		1.087.000,00	1.087.000,00		1.010.000,00	970.000,00			
2.1.2. 01	2014 A 3	REFEIÇÕES ESCOLARES - JARDINS DE INFÂNCIA E 1º CICLO	DE			1.057.000,00		1.800.000,00			30.000,00		1.027.000,00			930.000,00	900.000,00			
2.1.2. 01	2014 A 3			02 040701			550.000,00			-30.000,00				520.000,00						
2.1.2. 01	2014 A 3			02 020105			490.000,00							490.000,00						
2.1.2. 01	2014 A 3			02 04050102			17.000,00							17.000,00						
2.1.2. 04	2014 A 6	PROGRAMA DE APOIO AQUISIÇÃO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR	DEDCAS	02 040701		70.000,00	70.000,00	140.000,00	-10.000,00		10.000,00		60.000,00	60.000,00		80.000,00	70.000,00			
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos				143.900,00	143.900,00	32.900,00	60.000,00		-12.000,00		203.900,00	203.900,00		20.000,00				
2.5.1.		Cultura				111.900,00	111.900,00		-20.000,00		20.000,00		91.900,00	91.900,00		20.000,00				
2.5.1. 09	2014 A 42	ASSOCIATIVISMO/COMISSÕES DE FESTAS	DCI			111.900,00					20.000,00		91.900,00			20.000,00				
2.5.1. 09	2014 A 42			02 040701			70.000,00		-20.000,00					50.000,00						
2.5.1. 09	2014 A 42			02 020121			10.000,00							10.000,00						
2.5.1. 09	2014 A 42			02 020225			11.900,00							11.900,00						
2.5.1. 09	2014 A 42			02 040802			20.000,00							20.000,00						
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer				32.000,00	32.000,00	32.000,00	80.000,00		-32.000,00		112.000,00	112.000,00						
2.5.2. 01	2014 A 14	CAMPEONATOS CONCELHOS DE DIVERSAS MODALIDADES DESPORTIVAS	DEDCAS	02 040701		32.000,00	32.000,00	32.000,00	80.000,00		-32.000,00		112.000,00	112.000,00						
TOTAL ...						1.418.000,00	1.418.000,00	1.972.000,00			28.000,00		1.418.000,00	1.418.000,00		1.030.000,00	970.000,00			

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

A

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

14

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 4/FEVEREIRO/2014 – ATA Nº 3

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária de 21/01/2014
- 2 – Auditoria ao município de Santo Tirso efetuada pela IGF – Controlo das Despesas com Pessoal – Processo 2012/109/A3/633 – Relatório Final n.º 1763/2012: Conhecimento
- 3 – Revisão dos Processos disciplinares números 1/2012 e 2/2013: Decisão
- 4 – Conselho Cinegético e Conservação da Fauna Municipal: Solicitação à assembleia municipal para eleger um presidente da junta de freguesia
- 5 – Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional Norte – Operação Norte-07-0765-FEDER-000430, designada por “Piscina Municipal – Eficiência Energética”: Ratificação
- 6 – Celebração de protocolo com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Tarrio APEEEPT tendo por objeto assegurar o prolongamento do horário no jardim-de-infância da EB de Tarrio no ano de 2014
- 7 – Proposta de celebração de Protocolo de colaboração entre o município de Santo Tirso e a Universidade do Porto, no âmbito do projeto denominado Universidade Júnior de Verão – 2014
- 8 – Proposta de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo com o Futebol Clube Tirsense
- 9 – Proposta de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo com o Ginásio Clube de Santo Tirso
- 10 – Subsídios
  - Proposta de atribuição de subsidio à Paróquia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

15

2 7

11 - Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços

- Celebração de contrato de prestação de serviços, em regime de avença tendo por objeto funções de assessoria técnica na área financeira

Santo Tirso, 30 de janeiro de 2014

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

A

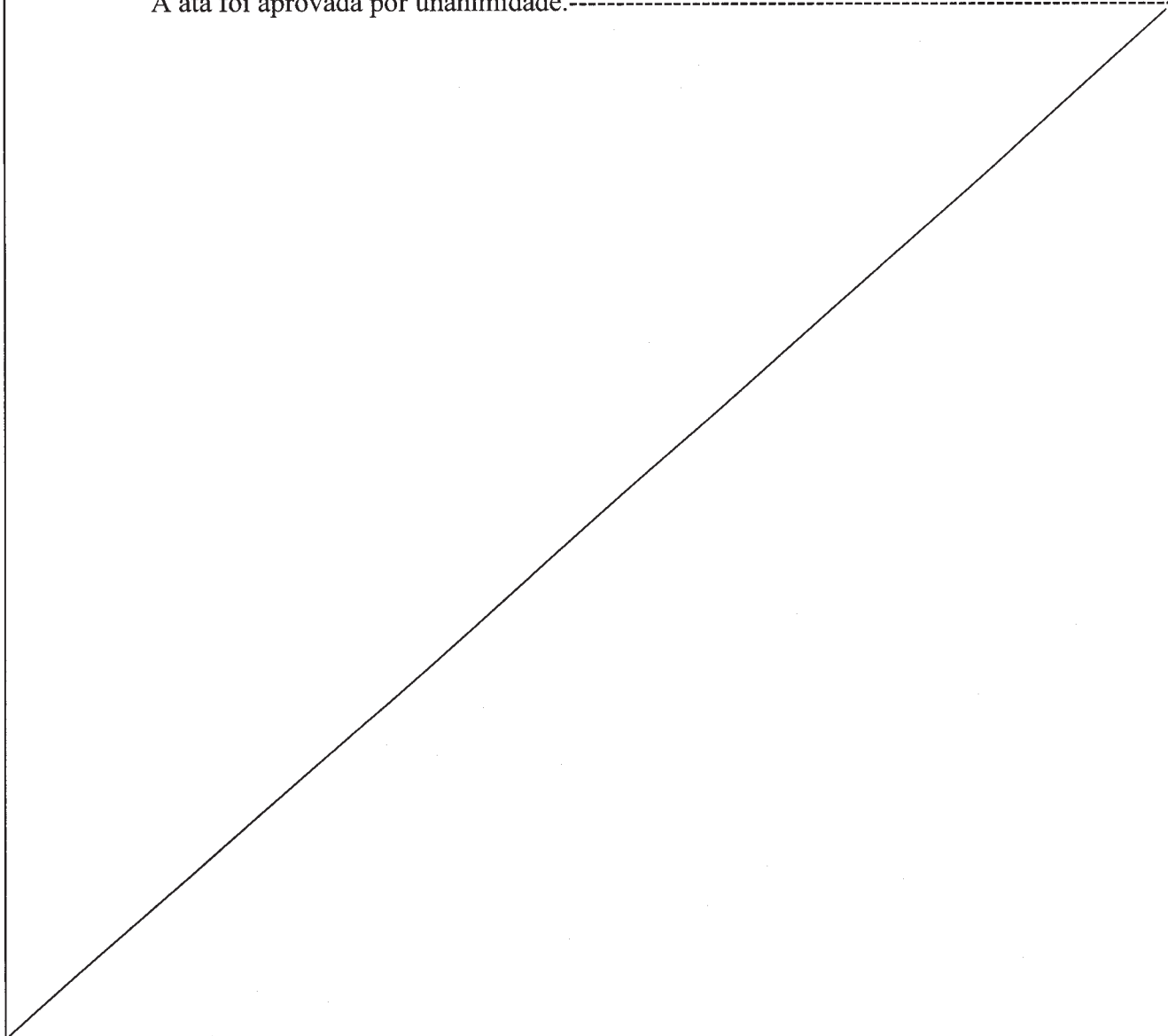
7

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (21/01/2014).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e um de janeiro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----





**2. AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO EFETUADA PELA IGF –
CONTROLO DAS DESPESAS COM PESSOAL – PROCESSO 2012/109/A3/633 –
RELATÓRIO FINAL N.º 1763/2012: CONHECIMENTO.-----**

Presente, para conhecimento da câmara municipal, o Relatório Final da auditoria ao município de Santo Tirso efetuada pela IGF, a que diz respeito o processo acima identificado, que vem acompanhado de informação da diretora do departamento administrativo e financeiro de vinte e nove de janeiro findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número mil cento e quarenta e sete.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

“O objetivo desta auditoria foi o controlo da atuação do Município no domínio da despesa;-----

O Âmbito desta Auditoria Financeira por parte do IGF foram os anos de 2009 a 2011 e o primeiro semestre de 2012. Decorreu entre junho e novembro de 2012;-----

Este processo é um procedimento normal em todas as autarquias do País e visa garantir a uniformidade na forma de atuar dos vários municípios que, face a um quadro legislativo em constante mudança, têm alguma dificuldade em adaptar rapidamente a sua máquina administrativa. De salientar que achamos estes procedimentos extremamente importantes e cruciais para o bom funcionamento das autarquias, apenas lamentamos que não existam procedimentos similares e regulares para o Governo e outras entidades públicas;-----

O Município acolheu a maioria esmagadora das recomendações e conclusões efetuadas neste relatório adaptando assim os seus procedimentos. (apesar de em algumas situações existirem pareceres contrários à interpretação da IGF, pareceres de entidades como a ANMP).-----

O teor do relatório produzido deve ser tratado com algum recato, pois nele são analisados e tratados os documentos e ações identificando nominalmente funcionários e eleitos locais (que ainda podem contestar o seu conteúdo por via judicial ou em audiência prévia);-----



A este executivo apenas cabe a responsabilidade de dar a conhecer as conclusões do referido relatório para análise dos senhores vereadores e membros da Assembleia Municipal;-----

O Relatório, conclusões e demais elementos estão à disposição dos senhores vereadores nos serviços municipais e durante as horas de expediente, o que seria desnecessário referir”.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi dito:-----

“O ponto dois da ordem do dia faz referência ao Relatório Final n.º 1763/2012 (processo 2012/109/A3/633) resultado duma ação inspetiva desenvolvida pela IGF relativa ao Controlo das Despesas com Pessoal no período de dois mil e nove a maio de dois mil e doze - diz-se para conhecimento do executivo.-----

Os vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM não receberam este relatório e por isso ficaram impedidos de fazer uma análise ponderada e criteriosa para sobre ele se pronunciarem. Independentemente do conteúdo do Relatório e de eventuais referências a autarcas ou trabalhadores do município, os vereadores do Partido Social Democrata entendem que não lhes deveria ter sido negada a possibilidade de receberem, como recebem os documentos provenientes da câmara, através e-mail.-----

Suscitada a questão o senhor presidente entendeu utilizar algum poder discricionário e sonegar a uma parte do executivo, neste caso os vereadores eleitos na lista da coligação acima referida, o acesso em condições normais ao documento.-----

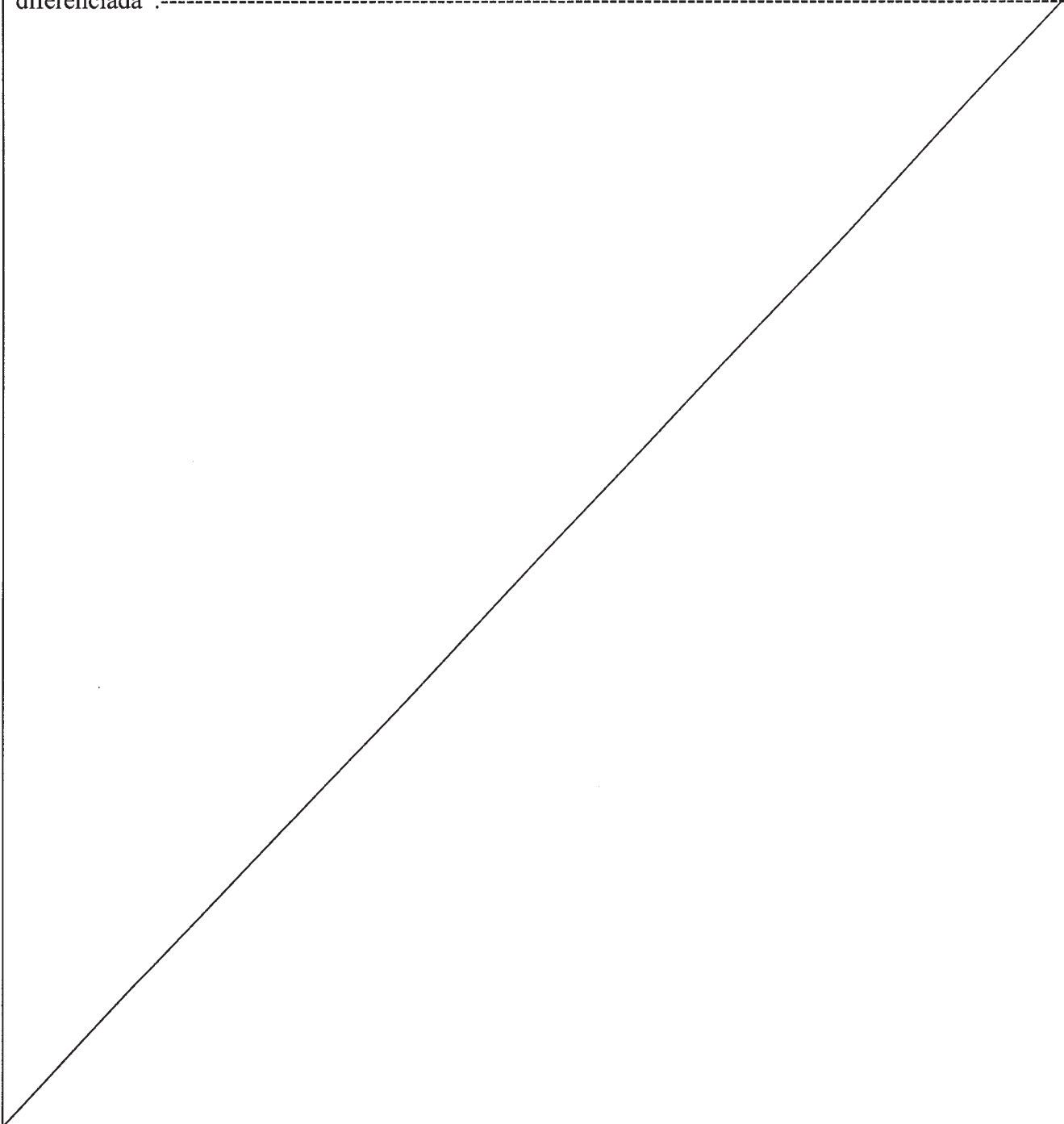
Obviamente que discordamos desta decisão que consideramos colidir com os direitos elementares e com o estatuto da oposição, já que seria contraproducente que a meio de uma reunião, cada um dos vereadores, e são quatro, tivessem que ler um relatório que tem dezenas de páginas e pudessem em consciência sobre ele se pronunciar. Gostaríamos de nos congratular e de deixar à consideração do senhor presidente a sugestão deixada pelo senhor vice-presidente de disponibilizar este documento em suporte informático, com recurso a passwords individuais.-----



A

2

Os quatro vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM são parte integrante dum executivo composto por nove pessoas e não aceitam ser tratados de forma diferenciada”.-----





**3. REVISÃO DOS PROCESSOS DISCIPLINARES NÚMEROS 1/2012 E 2/2013:
DECISÃO.**-----

Na sequência da deliberação da câmara municipal de dez de dezembro último (item três da respetiva ata), foi presente o Relatório Final da instrutora então nomeada, datado de vinte e três de janeiro findo, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, no qual se propõe, de harmonia com o previsto no artigo 77º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, que seja alterada a decisão proferida nos processos disciplinares revistos, reduzindo-se a pena da suspensão aplicada ao arguido para o seu limite mínimo de 20 (vinte) dias.-----

A câmara municipal deliberou, com cinco votos a favor, altear a decisão proferida nos processos disciplinares revistos, reduzindo as penas de suspensão aplicadas ao arguido para uma pena única de vinte dias de suspensão, devendo a Divisão de Recursos Humanos proceder à reconstituição jurídico-funcional do trabalhador, com pagamento das correspondentes remunerações e suplementos que lhe sejam devidos em função desta redução.-----

A presente deliberação foi tomada por escrutínio secreto, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 55º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Foram escrutinados cinco votos “sim”.-----

No final da votação o senhor presidente declarou que a presente deliberação se fundamentou no aludido relatório de vinte e três de janeiro último.-----

No momento da discussão deste assunto, pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi dito:-----

“Os vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM entenderam não participar nesta votação porque ela é, ou configura, “uma farsa”.-----

Na verdade não há nenhuma razão para alterar decisões que foram objeto de deliberação nesta câmara relativamente a dois processos disciplinares cujos factos foram provados e



comprovados. Esta decisão da maioria socialista configura uma atitude laxista relativamente às obrigações dos trabalhadores vinculados à autarquia e abre um precedente perigoso para que outros funcionários sintam que podem de forma reiterada desrespeitar as suas obrigações, sem que isso tenha as devidas e correlativas consequências. Consideramos ainda que esta insólita reapreciação pelo mesmo órgão constitui um grave desrespeito para com os funcionários desta autarquia que cumprem com as suas obrigações e que zelam pelos interesses da autarquia e dos munícipes. Ficou provado nos processos disciplinares onde foram ouvidos dirigentes e colegas do arguido, que este agiu sempre consciente que os atos que praticava violavam o seu estatuto de funcionário público. Além disso e a prova de que existiu má fé por parte do arguido é que depois da sanção aplicada o mesmo procedeu judicialmente contra a autarquia reclamando inclusivamente uma indemnização no valor de alguns milhares de euros. Por último a posição dos vereadores do Partido Social Democrata neste caso será aquela que adotamos noutras circunstâncias e que manteremos no futuro, independentemente do funcionário que for objeto de processo disciplinar”.-----

Seguidamente os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM ausentaram-se da reunião.-----

De imediato procedeu-se à votação por escrutínio secreto da proposta apresentada pela instrutora, tendo-se verificado cinco votos “sim”.-----

De seguida, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Lamentamos profundamente a não participação na votação dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM porque isso nos parece uma tentativa de desresponsabilização das decisões do executivo municipal. Tanto mais que em outras situações reclamam ser parte integrante do executivo municipal, aliás legitimamente de acordo com a lei. O processo está instruído de acordo com a legislação em vigor e sempre a câmara pode alterar decisões anteriores se assim o entender. A polémica suscitada pelos senhores vereadores eleitos

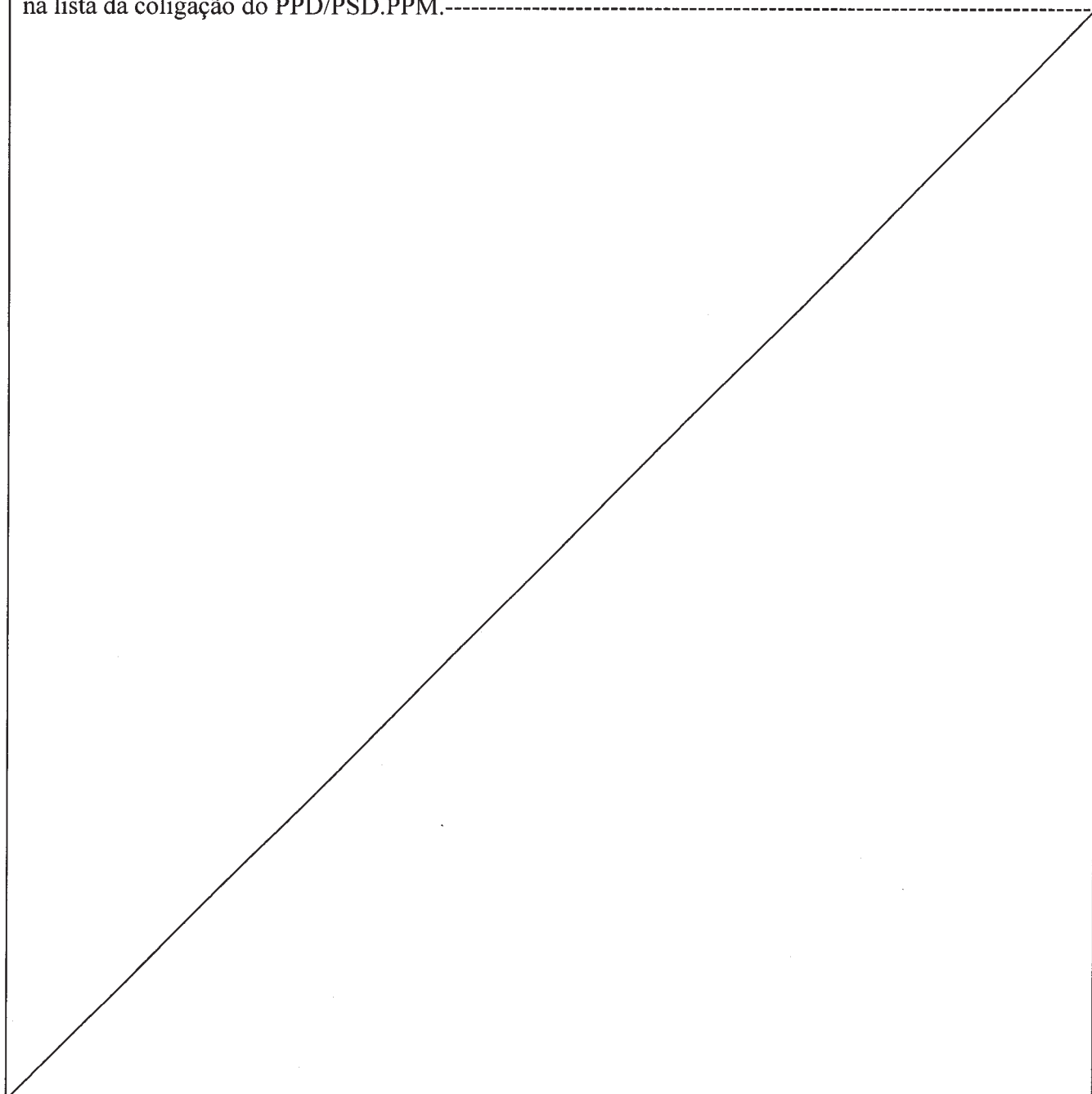


A

7

enquanto inscritos na lista da referida coligação inspira-nos alguma perplexidade”.-----

Neste momento reentraram na reunião os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM.-----





[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**4. CONSELHO CINEGÉTICO E CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL:
SOLICITAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ELEGER UM PRESIDENTE DA
JUNTA DE FREGUESIA.-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 157º do Decreto-Lei 202/2004, de 18 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 2/2011, de 6 de janeiro, solicitasse à assembleia municipal a eleição de um presidente de junta para integrar o conselho cinegético e da conservação da fauna municipal.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

[Large diagonal line across the page, likely a placeholder for a signature or stamp.]



A

7

5. CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL NORTE – OPERAÇÃO NORTE-07-0765-FEDER-000430, DESIGNADA POR “PISCINA MUNICIPAL – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente comunicação de dez de janeiro findo, da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte, registada no Sistema de Gestão Documental com o número quatrocentos e vinte e seis, a notificar que a candidatura designada “Piscina Municipal – Eficiência Energética” foi aprovada por deliberação daquela Comissão Diretiva de dezoito de dezembro de dois mil e treze, e a remeter o respetivo Contrato de Financiamento.-----

O valor total elegível da operação é de 301.805,33 € (trezentos e um mil oitocentos e cinco euros e trinta e três cêntimos) a que corresponde uma comparticipação FEDER de 70% (setenta por cento), correspondente ao montante de 211.263,73 € (duzentos e onze mil duzentos e sessenta e três euros e setenta e três cêntimos).-----

O município assegura a contrapartida nacional no montante de 90.541,60 € (noventa mil quinhentos e quarenta e um euros e sessenta cêntimos), correspondente a 30% (trinta por cento) do valor elegível.-----

Os objetivos gerais da operação financiada são contribuir para a melhoria energético-ambiental da piscina municipal de Santo Tirso; apoiar a transição para sistemas energéticos mais eficientes, através da implementação de tecnologias que permitam a utilização de energias renováveis.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e ratificasse o aludido Contrato de Financiamento, nos seus precisos termos, que ficará anexo à ata da presente reunião e dela ficará a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por quatro folhas (oito páginas), rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

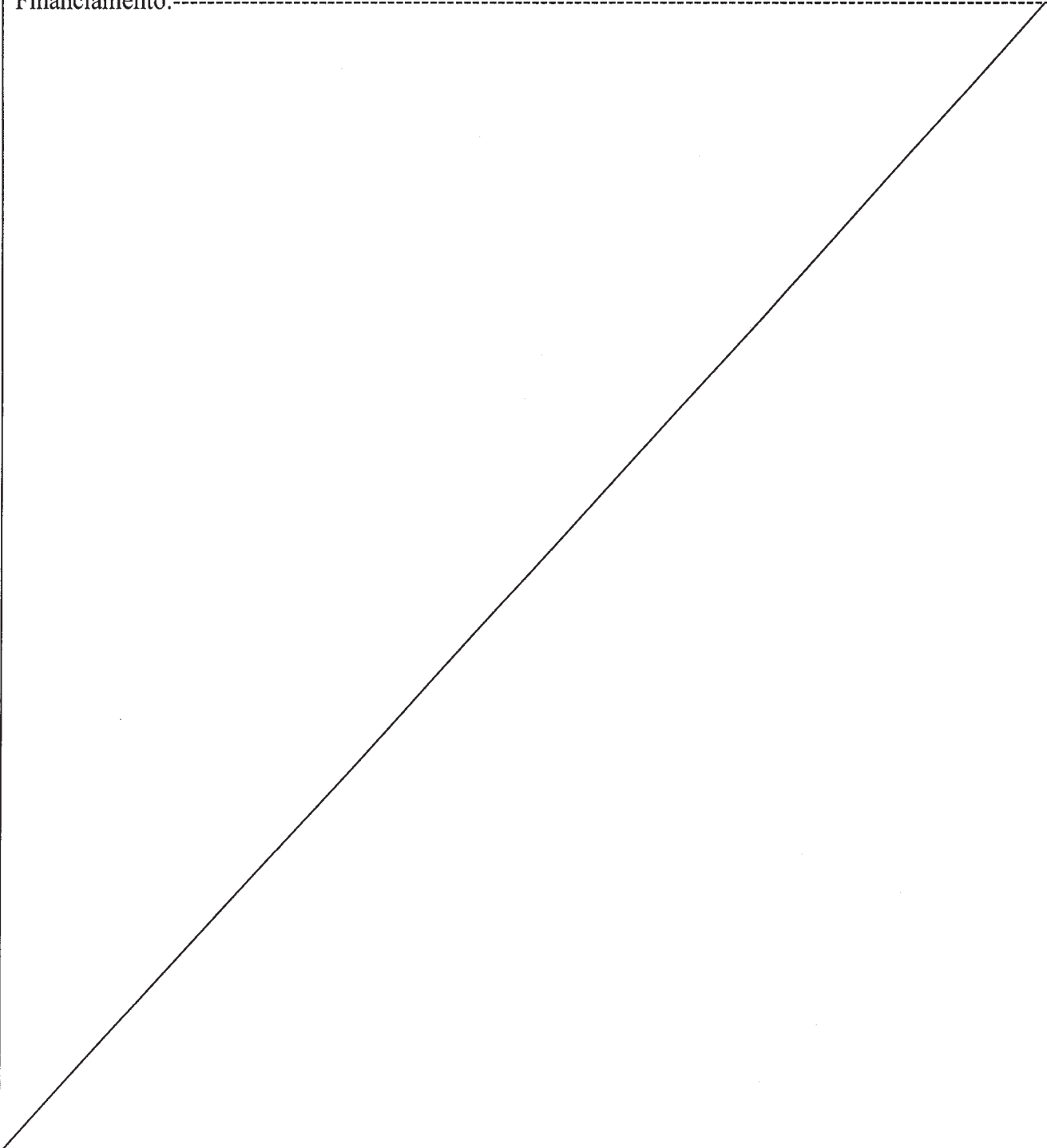
Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 3 Fl. 25
4 de fevereiro de 2014

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido Contrato de Financiamento.-----

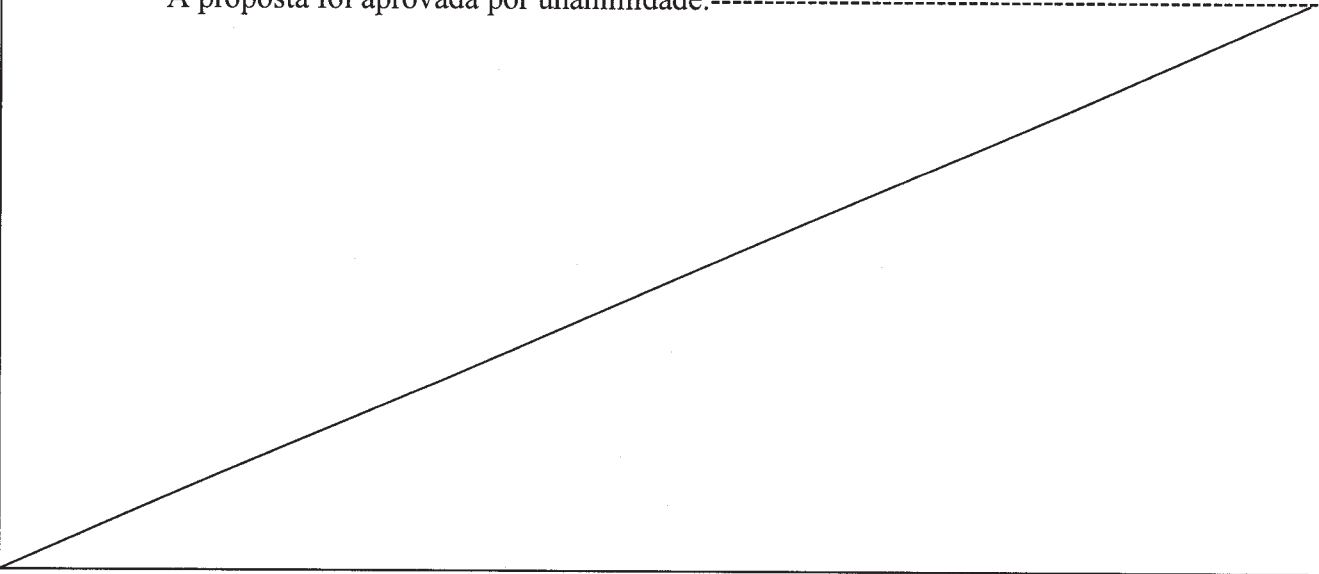


6. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DA TARRIO APEEEPT TENDO POR OBJETO ASSEGURAR O PROLONGAMENTO DO HORÁRIO NO JARDIM-DE-INFÂNCIA DA EB DE TARRIO NO ANO DE 2014.-----

Presente informação de vinte e nove de janeiro findo, da divisão de educação, registada com o número mil cento e quarenta e três, a submeter à aprovação da câmara municipal a celebração de um Protocolo entre a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Tarrío e o município, tendo por objeto definir as relações entre as partes de modo a assegurar o funcionamento do prolongamento do horário do jardim-de-infância da EB de Tarrío, nos termos da minuta que foi aprovada por deliberação da câmara municipal de catorze de janeiro findo (item sete da respetiva ata).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a celebração de um Protocolo, com a identificada associação, cuja vigência será de janeiro a dezembro do ano em curso, resultando do mesmo uma despesa para o município no montante global de 6.480,00 € (seis mil quatrocentos e oitenta euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento conforme proposta de cabimento orçamental número 246/2014, de 3 do corrente mês de fevereiro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A UNIVERSIDADE DO PORTO, NO ÂMBITO DO PROJETO DENOMINADO UNIVERSIDADE JÚNIOR DE VERÃO – 2014: APROVAÇÃO.-----

Presente ofício da Universidade do Porto, de sete de janeiro findo, registado com o número duzentos, a convidar o município de Santo Tirso para continuar com o apoio ao projeto denominado “Universidade Júnior”, que terá lugar de trinta de junho a vinte e cinco de julho de dois mil e catorze, nos termos da minuta de Protocolo remetida em anexo com o referido ofício, que tem por objeto estabelecer as condições de cooperação entre as partes para a participação de estudantes do ensino básico e secundário do concelho de Santo Tirso, nos cursos de Verão, da Universidade Júnior – 2014, organizados pela Universidade do Porto.-----

O senhor presidente propôs que a câmara deliberasse celebrar com a Universidade do Porto um Protocolo de Colaboração, nos termos da minuta que ficará anexa à ata da presente reunião e dela constitui parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por três folhas, que ficam desde já rubricadas pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

As despesas estimadas da câmara municipal decorrentes da execução do aludido Protocolo, nomeadamente com o transporte dos alunos da zona da sua residência para a Universidade do Porto, serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020220, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 248/2014, de 3 de fevereiro.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do aludido Protocolo.-----



A

8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O FUTEBOL CLUBE TIRSENSE/2014.-----

Presente ofício de vinte de janeiro findo, do Futebol Clube Tirsense, registado com o número mil e trinta e quatro, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Futebol Clube Tirsense tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Direta em vinte e sete de janeiro findo, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira em vinte e três de janeiro findo, válida por três meses.-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 185.000,00 € (cento e oitenta e cinco mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes oito folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pelas rubricas orçamentais 080701 e 040701, nas quais tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 196/2014, de 24 de janeiro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E
FUTEBOL CLUBE TIRSENSE - 2014**

Outorgantes:

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6.º Esq., da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga na qualidade de presidente da câmara municipal de Santo Tirso, e em representação do respetivo Município, pessoa coletiva territorial com o número de contribuinte n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Ricardo António Ferreira da Silva Camizão Rossi, solteiro, portador do Bilhete de Identidade n.º 11689836, natural da freguesia de Santo Tirso, residente na Rua do Orgal, n.º 59, 2.º Esq.º, em Santo Tirso e Domingos Torres Vilaça Martins, casado, portador do cartão de cidadão n.º 09147408 6ZZ9, válido até 15/01/2014, natural da freguesia de Santo Tirso, residente na Rua Prof. Sampaio Carvalho, n.º 44, 5.º, em Santo Tirso, os quais outorgam na qualidade de membros da Comissão Administrativa do Futebol Clube Tirsense, instituição de utilidade pública, com sede na Rua D. Maria do Carmo Azevedo, em Santo Tirso, pessoa coletiva n.º 501 681 310, adiante designado por FCT.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme

dispõe a alínea u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 73/2013, de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como factor de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando que o Futebol Clube Tirsense é uma instituição de utilidade pública que tem vindo a cooperar com o Município no desenvolvimento da sua política de desenvolvimento desportivo, designadamente na criação de escolas de futebol para infantis, iniciados, juvenis e juniores, num total de cerca de 200;

Considerando que, para além de cooperar com o Município no desenvolvimento da sua política de desenvolvimento desportivo na vertente da promoção da prática desportiva e tempos livres, o Futebol Clube Tirsense tem desenvolvido, com grande empenho, a formação de jovens no sentido de vir a integrá-los na equipa sénior;

Considerando o reconhecimento do interesse público concelhio associado ao desporto enquanto actividade profissional;

Considerando ainda que o referido clube se propõe colocar à disposição da Câmara Municipal e das diversas associações desportivas do concelho as suas instalações desportivas, quer para a realização de treinos e jogos no âmbito do Campeonato Concelhio de Futebol Amador quer para a realização de outros eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural;

Entre o Município de Santo Tirso e o Futebol Clube Tirsense:

É celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se regerá pelo disposto no DL n.º 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46.º e 47.º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto do contrato – Programa)

O presente Contrato-Programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo Município, dos projetos de reparação e melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos bem como dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática no domínio da formação, a desenvolver pelo FCT, que a seguir se enuncia:

A - Projetos de reparação e melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos:

- Trabalhos de reparação das condições dos acessos aos balneários;
- Reparação da cobertura da bancada central dos sócios, afetada pela intempérie ocorrida no mês de novembro;
- Pinturas interiores (balneários) e exteriores (muros e portas de entrada);
- Manutenção dos sistemas de água e elétrico;
- Manutenção do relvado (mão-de-obra e produtos);
- Demolição dos antigos balneários.

Outros

- Aquisição de equipamento diverso (Sistema informático, sistema de som e material de enfermaria).

B - Planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática no domínio da formação:

- Funcionamento das escolas de futebol para benjamins, infantis, iniciados, juvenis e juniores;

- Realização dos Campeonatos de escolas, Benjamins, Infantis, Iniciados, Juvenis e Juniores.

Cláusula Segunda

(Custo do Programa)

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 363,000,00 € (Trezentos e sessenta e três mil euros), o Município compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, no montante anual de 185.000,00€ (Cento e oitenta e cinco mil euros).

Cláusula Terceira

(Pagamento da comparticipação)

- 1- O pagamento da comparticipação do Município a que se refere a Cláusula anterior, só será efetuado depois da publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, e artigo 27º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada em três prestações, a pagar até ao fim da vigência do presente contrato programa.

Cláusula Quarta

(Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato)

- 1- O acompanhamento e controlo técnico dos trabalhos enunciados no ponto A da Cláusula Primeira serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do referido acompanhamento dos trabalhos, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

3- O FCT obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato-programa, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

(Obrigações do FCT)

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior é da responsabilidade do FCT assumir as seguintes obrigações:

- a) Assegurar, sempre que solicitado, as condições de utilização das instalações do ginásio para iniciativas camarárias no âmbito do desporto bem como outro tipo de realizações de âmbito recreativo e cultural.
- b) Disponibilizar, sempre que lhe seja atempadamente solicitado e sem prejuízo das suas atividades desportivas, os seus treinadores e outros recursos humanos na organização de atividades de iniciação e divulgação do desporto.
- c) Proceder ao licenciamento das obras enunciadas no ponto A da Cláusula Primeira, se for o caso;
- d) Afetar, exclusivamente o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído.
- e) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

(Revisão e Cessação do contrato)

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do Decreto – Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima**(Incumprimento do contrato)**

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte do FCT confere à Câmara Municipal de Santo Tirso o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, confere ao Município apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava**(Período de vigência do contrato)**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objecto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de dezembro de 2014.

Cláusula Nona**(Resolução de litígios)**

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente Contrato Programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima**(Regime aplicável)**

Em tudo o que não estiver expressamente previsto neste contrato, aplica-se o disposto na Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi aprovado por deliberação da câmara municipal de ____ de ____ de 2014 e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na Cláusula Segunda do contrato programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 196 de 23 de janeiro de 2014.

O compromisso inerente ao presente protocolo está registado no Sistema de Contabilidade com o nº ____ datado de ____ de 2014.

O FCT tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço de Segurança Social Direta no dia 27 de janeiro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante a Fazenda Nacional, conforme certidão emitida pela AT – Autoridade Tributária e Aduaneira – Serviço de Finanças de Santo Tirso de 23 de janeiro de 2014.

Santo Tirso, ____ de ____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

Os Segundos Outorgantes,

**FUTEBOL CLUBE TIRSENSE**

FUNDADO EM 5 - JAN - 1938

Programa de Desenvolvimento Desportivo 2014

I – Projetos de reparação e melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos

- Trabalhos de reparação das condições dos acessos aos balneários - € 35.000,00.
- Reparação da cobertura da bancada central - sócios, afectada pela intempérie, ocorrida no mês de Novembro.) - € 65.000,00.
- Pinturas interiores (balneários) e exteriores, (muros e portas de entrada) - € 35.000,00.
- Manutenção dos sistemas de água e elétrico - € 7.500,00.
- Manutenção do relvado, (mão-de-obra e produtos) - € 40.000,00.
- Demolição dos antigos balneários - € 5.500,00

Outros

- Aquisição de equipamentos diversos - € 10.000,00. (Sistema Informático – Sistema de Som e Material de Biblioteca)

II – Planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática no domínio da formação;

- Funcionamento de escolas de futebol para benjamins, infantes, iniciados, juvenis e juniores - € 15.000,00
- Realização dos campeonatos de escolas, benjamins, infantes, iniciados, juvenis e juniores - € 150.000,00.

III – Previsão total dos custos mínimos: € 363.000,00.



Santo Tirso, 20 de Janeiro de 2014
Futebol Clube Tirsense
Estádio Abel Alves de Figueiredo
Apartado 50 - 4780 Santo Tirso



B

7

9. CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício do Ginásio Clube de Santo Tirso, de dezasseis de janeiro findo, registado com o número novecentos e sessenta e três, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano de dois mil e catorze e a solicitar o apoio da câmara para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Pelo presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o Ginásio Clube de Santo Tirso é uma associação de utilidade pública desportiva, que movimenta um elevado número de pessoas, especialmente jovens, na prática do desporto amador;-----

Considerando que aquela instituição colabora com a autarquia no desenvolvimento das suas atribuições na área do desporto, contribuindo para uma sadia ocupação dos tempos livres dos jovens e para o seu integral desenvolvimento;-----

Considerando que o Ginásio Clube de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta feita pelo município ao sitio na internet da Segurança Social efetuada no dia vinte e três de janeiro findo; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso na mesma data, válida por seis meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 80.500,00 € (oitenta mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de



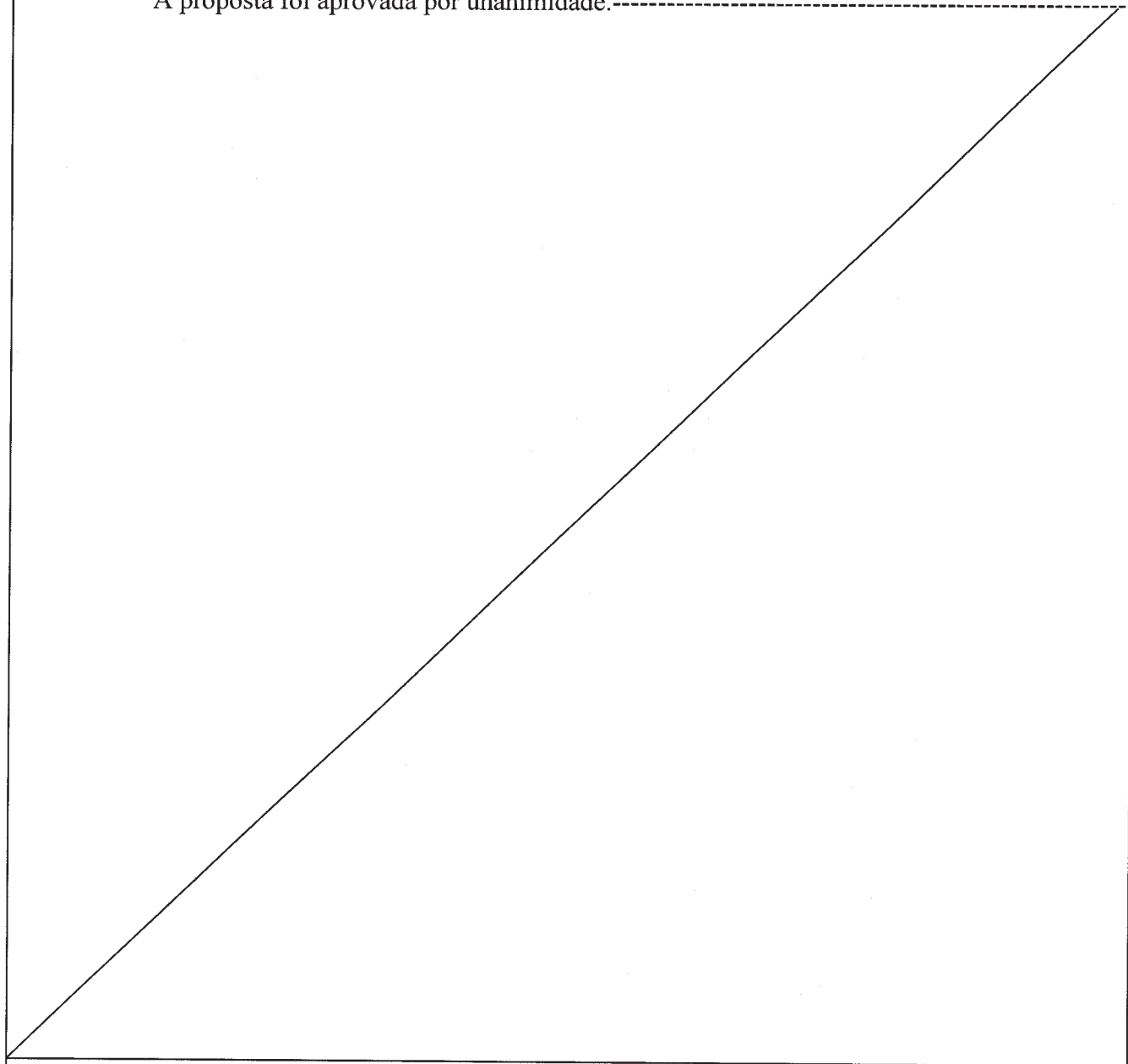
A

7

Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes treze folhas.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental, com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 193/2014, de 24 de janeiro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O
GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO – 2014**

Outorgantes:

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6.º Esq., da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga na qualidade de presidente da câmara municipal de Santo Tirso, e em representação do respetivo Município, pessoa coletiva territorial com o número de contribuinte n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

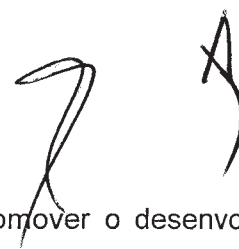
Segundo: Dr. Rafael Dinis Correia Sousa, casado, natural da freguesia de Santo Tirso, deste concelho, portador do cartão de cidadão n.º 11285697 8zz1, válido até 13/11/2015, residente na Rua Santa Eulalia, n.º 705, na freguesia de Lamelas, deste concelho, o qual outorga na qualidade de Presidente da Direção do Ginásio Clube de Santo Tirso, associação de utilidade pública, com sede na Rua da Misericórdia, s/n, em Santo Tirso, pessoa coletiva n.º 501 110 810, adiante designado por GCST.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;



Considerando que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que se impõe aos municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas;

Considerando que o Ginásio Clube de Santo Tirso é uma associação de utilidade pública, que movimenta um elevado número de pessoas, especialmente jovens, na prática do desporto amador;

Considerando que a referida associação tem vindo a colaborar com esta autarquia no desenvolvimento das suas atribuições na área do desporto, designadamente no domínio da formação nas diversas modalidades desportivas (andebol, atletismo, natação, ténis, ténis de mesa, ginástica rítmica, voleibol e defesa pessoal);

Considerando que, graças ao empenho e dedicação ao trabalho desenvolvido pelo Ginásio Clube de Santo Tirso, os seus atletas têm sido consagrados campeões nacionais nas diversas modalidades desportivas que desenvolve, o que constitui um fator de promoção do concelho de Santo Tirso;

Considerando que o Ginásio Clube de Santo Tirso se propõe colocar à disposição deste município bem como de instituições escolares, gratuitamente, as suas instalações desportivas para a realização de eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural;

Entre o Município de Santo Tirso e o Ginásio Clube de Santo Tirso é celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto do contrato – Programa)

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática no domínio da formação, a desenvolver pelo GCST, bem como dos projetos de reparação e melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos, que a seguir se enuncia:

A - Planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática no domínio da formação

- Atividades dos escalões de formação nas modalidades de andebol, atletismo, natação, ténis, ténis de mesa, ginástica rítmica, voleibol e defesa pessoal;
- Participação dos atletas em provas nacionais e internacionais;
- Realização do Torneio Internacional de Andebol de S. Bento;
- Realização anual do Torneio “Cidade de Santo Tirso”, na modalidade de voleibol;
- Realização anual do Torneio “Toni”, na modalidade de Voleibol;
- Realização anual do Torneio Nacional de Conjuntos, em Ginástica Rítmica;
- Realização anual da Taças e Tacinha AGN, em Ginástica Rítmica;
- Realização anual de vários torneios de mini volei;
- Colaboração com a Câmara Municipal na realização do evento Gira volei;
- Realização anual do evento “12h a nadar para uma instituição ajudar”;
- Promoção da iniciativa social “Projeto Barbatana”;
- Realização do Sarau de encerramento das atividades desportivas;
- Atribuição da carta de campista nacional e internacional e sua renovação;
- Realização anual do torneio de Ténis de Mesa;
- Organização de outras competições desportivas.

B - Projetos de reparação e melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos

Complexo Desportivo

1 – Construção de novo court de ténis em betão poroso no polidesportivo descoberto;

2- Construção do novo bar do clube;

Salas da Academia

Requalificação do piso da sala 3.

Cláusula Segunda

(Custo do Programa)

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 289.038,61 € (duzentos e oitenta e nove mil e trinta e oito euros e sessenta e um centimos), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, no montante anual de 80.500,00€ (oitenta mil e quinhentos euros).

Cláusula Terceira

(Regime de comparticipação)

1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a Cláusula anterior, só será efetuado depois da publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, e artigo 27º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada do seguinte modo:

a) 25.000,00€ (Vinte e cinco mil euros) a pagar durante o mês de fevereiro de 2014;

b) 25.000,00€ (Vinte e cinco mil euros) a pagar durante o mês de junho de 2014;

c) 30.500,00€ (Trinta mil e quinhentos euros) a pagar durante o mês de setembro de 2014.

Cláusula Quarta

(Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato)

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST, designadamente o controlo técnico dos trabalhos enunciados no ponto B da Cláusula Primeira.
- 2- Além do referido acompanhamento dos trabalhos, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- O GCST obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

(Responsabilidades do GCST)

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior é da responsabilidade do GCST assumir as seguintes obrigações:

- a) Assegurar, sempre que solicitado, as condições de utilização das instalações do ginásio para iniciativas camarárias no âmbito do desporto bem como outro tipo de realizações de âmbito recreativo e cultural.
- b) Disponibilizar, sempre que lhe seja atempadamente solicitado e sem prejuízo das suas atividades desportivas, os seus treinadores e outros recursos humanos na organização de atividades de iniciação e divulgação do desporto.
- c) Proceder ao licenciamento das obras enunciadas no ponto B da Cláusula Primeira, se for o caso;

d) Afetar, exclusivamente o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído.

e) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

(Revisão e Cessação do Contrato)

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

(Incumprimento do contrato)

1- O incumprimento do presente contrato por parte do GCST confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.

2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

Cláusula Oitava

(Período de vigência do contrato)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de dezembro de 2014.

Cláusula Nona

(Resolução de litígios)

1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.

2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.

3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

(Regime aplicável)

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na Cláusula Segunda do contrato programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 193 de 23 de janeiro de 2014.

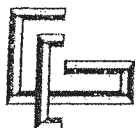
O compromisso inerente ao presente contrato está registado no Sistema de Contabilidade com o nº datado de _____ de 2014 .

O GCST tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo Serviço de Segurança Social Direta no dia 23 de janeiro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso na mesma data.

Santo Tirso, _____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO

ASSOCIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

FUNDADO EM 16 DE SETEMBRO DE 1961

46

ANEXO I

I - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2014

ANDEBOL

A secção de Andebol abrange os escalões de formação, (Bambis, Minis, Infantis, Iniciados, Juvenis e Juniores masculinos) e de competição (Seniores masculinos), envolvendo cerca de 135 atletas.

Participam nas provas Nacionais, tuteladas pela Federação de Andebol de Portugal e nas provas Regionais pela Associação de Andebol do Porto, conforme a seguir discriminamos:

SENIORES MASCULINOS

Campeonato Nacional da 2ª. Divisão

Taça de Portugal

Treinador: Prof. Adelino Passadiço

JUNIORES MASCULINOS

Campeonato Nacional da 1ª. Divisão

Treinador: Danilo Ventura

JUVENIS MASCULINOS

Campeonato Nacional da 1ª. Divisão

Treinador: Danilo Ventura

INICIADOS MASCULINOS

Campeonato Nacional da 1ª. Divisão

Treinador: Prof. Diogo Oliveira

INFANTIS MASCULINOS

Campeonato Nacional da 1ª. Divisão

Treinador: Prof. Filipe Simões

MINIS MASCULINOS

Campeonato Regional

Taça de Encerramento da AAP

Treinador: Ricardo Moreira

BAMBIS (MISTOS)

Participação em Festands

Treinador: José Pereira

O valor orçamentado para as actividades desta modalidade é de € 59,464,89.



GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO

ASSOCIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

FUNDADO EM 16 DE SETEMBRO DE 1961

47

VOLEIBOL

A secção de Voleibol abrange os escalões de formação (Minis A, Minis B, Infantis, Iniciados, Cadetes e Juniores) e de competição (Seniores), em Masculinos e Femininos, envolvendo cerca de 150 atletas.

Participam nas provas Nacionais tuteladas pela Federação Portuguesa de Voleibol e nas provas Regionais pela Associação de Voleibol do Porto, conforme a seguir discriminamos:

SENIORES MASCULINOS

Campeonato Nacional da 2ª. Divisão

Taça de Portugal

Treinador: Prof. Hugo Sousa

SENIORES FEMININOS

Campeonato Nacional da 1ª.Divisão

Taça de Portugal

Treinador:Prof. Manuel Barbosa

JUNIORES MASCULINOS

Campeonato Regional

Taça Aniversário AVP

Treinador: Prof. Bento Martins

JUNIORES FEMININOS

Campeonato Regional

Campeonato Nacional

Treinador: Prof. Manuel Barbosa

CADETES FEMININOS

Campeonato Regional

Taça Aniversário AVP

Treinador: Prof. Manuel Barbosa

INICIADOS MASCULINOS

Campeonato Regional

Campeonato Nacional

Treinador: Prof. Durval Pinheiro

INICIADOS FEMININOS

Campeonato Regional

Campeonato Nacional

Taça Aniversário AVP

Treinador: Prof. Hugo Sousa

INFANTIS FEMININOS

Campeonato Regional

Campeonato Nacional

Treinador: Profª. Luísa Pinto



GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO
ASSOCIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

FUNDADO EM 16 DE SETEMBRO DE 1961

48

MINIS B MASCULINOS

Participação em Torneios de Mini-Volei

Treinador: Prof. Durval Pinheiro

MINIS B FEMININOS

Participação em Torneios de Mini-Volei

Treinadora: Profª. Ana Andrade

MINIS A (MISTO)

Participação em Torneios Mini-Volei

Treinador: Profº. Hugo Sousa

O valor orçamentado para as actividades desta modalidade é de € 61.333,37.

ATLETISMO

A secção de Atletismo abrange os escalões de Seniores e Veteranos, cerca de 20 atletas federados, participando em provas de Maratona, Meia-Maratona e Milha Urbana, nas seguintes localidades: Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Viseu, Estarreja, Ovar, Régua, Mirandela, S. João da Madeira, Matosinhos, Póvoa de Varzim e Santo Tirso.

O valor orçamentado para as actividades desta modalidade é de € 2.976,86.

GINASTICA RÍTMICA

A secção de Ginástica Rítmica abrange os escalões de formação (Esperanças) e os de Competição (Infantis, Iniciados, Juvenis e Juniores Femininos), num total de 22 atletas, com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos.

Participam nas Provas Nacionais, tuteladas pela Federação de Ginástica de Portugal e nas Regionais pela Associação de Ginástica do Norte, a saber:

Campeonatos Nacionais Individuais

Campeonato Nacional de Conjuntos

Campeonato Nacional de Base

Qualificativa da 1ª Divisão

Taça AGN

Tacinha AGN

Treinadoras: Profª. Marta Moinhos

Drª. Miguela Carriço

Vanessa Roriz

Filipa Andrade

O valor orçamentado para as actividades desta modalidade é de € 17.778,40.



GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO

ASSOCIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

FUNDADO EM 16 DE SETEMBRO DE 1961

49

TÉNIS DE MESA

Esta secção abrange o escalão Sénior, tutelados pela Associação de Ténis de Mesa do Porto, envolvendo 5 praticantes.

SENIORES MASCULINOS

**Campeonato Distrital de Equipas 1ª. Divisão
Taça de Portugal**

O valor orçamentado para as actividades desta modalidade é de € 719,36.

DEFESA PESSOAL ALEX RYU-JITSU

Esta secção abrange os escalões de Infantis, Iniciados e Seniores, sendo tutelados pela Federação Portuguesa de Artes Marciais e pela Associação Regional de Alex Ryu Jitsu, envolvendo cerca de 24 atletas federados.

Participam nos diversos Torneios Nacionais e Regionais, bem como no Campeonato do Mundo de Kempo Chinês a realizar em Torres Novas.

O valor orçamentado para esta modalidade é de € 2.196,97.

TÉNIS

A secção de Ténis abrange os escalões de Sub-6, Sub-8, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Seniores e Veteranos, sendo tutelados pela Federação Portuguesa de Ténis e pela Associação de Ténis do Porto, envolvendo cerca de 100 atletas federados.

Participam nas diversas etapas do Mini-Cir, Circuito Nacional de Ténis, Campeonato Regional Inter Clubes de Seniores e Inter Clubes de Sub-16 sendo que o valor orçamentado para as actividades desta modalidade é de € 63.363,21.

Treinadores: Prof. Luís Martins

Prof. Ricardo Carneiro

Profª. Sílvia Moinhos



GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO

ASSOCIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

FUNDADO EM 16 DE SETEMBRO DE 1961

NATAÇÃO

A secção de Natação abrange os escalões de Cadetes, Infantis, Iniciados, Juvenis, Juniores, Seniores e Masters, sendo tutelados pela Federação Portuguesa de Natação e pela Associação de Natação do Norte de Portugal, envolvendo cerca de 60 atletas.

Participam:

Provas Nacionais Individuais

Provas Nacionais de Clubes

Taça de Portugal

Provas Regionais Individuais

Provas Regionais de Clubes

Treinadores: Profª. Sandra Bárbara

Prof. Tiago Ferreira

O valor orçamentado para as actividades desta modalidade é de € 32.705,55.

II - REALIZAÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS

- Realização do Sarau de Encerramento das Actividades Desportivas
- Realização do Torneio Internacional de Andebol de S. Bento
- Realização do Torneio Nacional de Conjuntos em Ginástica Rítmica
- Realização do Torneio Cidade de Santo Tirso, no escalão Sénior Masculino e Feminino em Voleibol
- Realização do Torneio Toni nos escalões infantis, iniciados, cadetes e juniores em Voleibol
- Realização da Taça e Tacinha AGN em Ginástica Rítmica
- Realização da Iniciativa "12 horas a nadar para uma Instituição ajudar"
- Promoção da iniciativa social "Projeto Barbatana"
- Colaboração e participação nas comemorações do Dia Mundial da Dança
- Colaboração e participação no Gira Volei
- Realização do Torneio Aniversário do Clube em Ténis de Mesa



GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO

ASSOCIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

FUNDADO EM 16 DE SETEMBRO DE 1961

51

III - OUTRAS ACTIVIDADES

Na área do Campismo e Caravanismo, colaboramos na emissão de carta de Campista Nacional e Internacional, bem como na revalidação das mesmas.

IV - PROJECTOS DE REPARAÇÃO E MELHORAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Complexo Desportivo

- Construção de novo court de ténis em betão poroso no polidesportivo descoberto – valor estimado 15.000,00€
- Construção do novo bar do Clube – valor estimado 32.000,00€

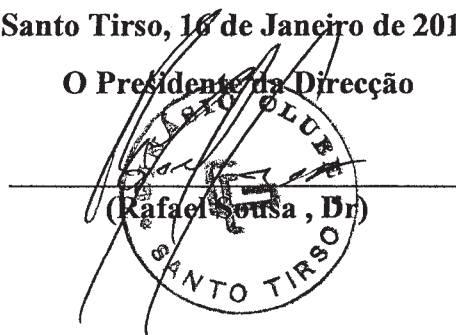
Salas de Academia

- Requalificação do piso da sala 3 – valor estimado 1.500,00€

Santo Tirso, 16 de Janeiro de 2014

O Presidente da Direcção

(Rafael Sousa, Br)





A

7

10. SUBSÍDIOS.-----

A) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À PARÓQUIA DE SANTA MARIA MADALENA DE SANTO TIRSO.-----

Presente ofício da Paróquia de Santa Maria Madalena – Santo Tirso, registado com o número trezentos e vinte e quatro, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de uma carrinha destinada a assegurar o transporte dos utentes para o Centro de Dia daquela paróquia, que reabriu no dia seis de janeiro findo.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o cariz social do Centro de Dia da Paróquia de Santo Tirso;-----

Considerando as atribuições do município no domínio da ação social (cfr. Alínea h) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea n) do n.º 1 do artigo 33º da mesma Lei;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Paróquia de Santa Maria Madalena um subsidio no montante de 3.000,00 € (três mil euros), a pagar mediante a apresentação da fatura comprovativa da aquisição da carrinha em causa.-----

A despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 253/2014.-----

O compromisso inerente à presente deliberação ficou registado no sistema de contabilidade com o número 276/2014, de três de fevereiro.-----

A proposta foi aprovada com por unanimidade.-----

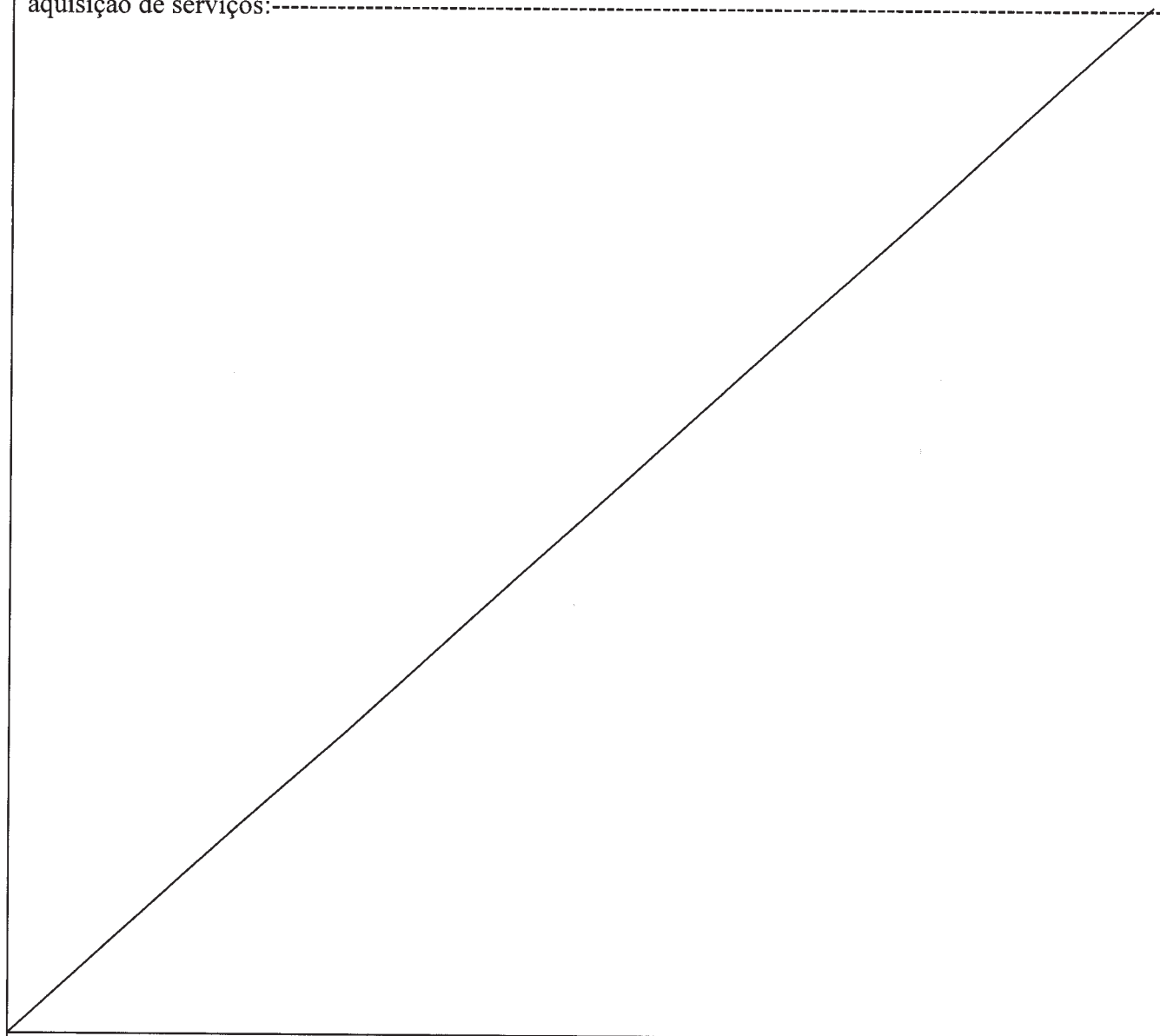


A

27

**11. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 11 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, deliberasse dar parecer favorável à celebração do seguinte contrato de aquisição de serviços:-----





A

2

11. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME DE AVENÇA TENDO POR OBJETO FUNÇÕES DE ASSESSORIA TÉCNICA NA ÁREA FINANCEIRA.-----

Presente informação de vinte e nove de janeiro findo, da diretora do departamento administrativo e financeiro, registada com o número mil cento e quarenta e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo preço contratual global estimado, para onze meses de vigência, é de 21.081,39 € (vinte e um mil e oitenta e um euros e trinta e nove centimos), a pagar em mensalidades de 1.916,49 € (mil novecentos e dezasseis euros e quarenta e nove centimos), mais IVA, com início no mês de fevereiro em curso.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 010107, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 137/2014, de 24 de janeiro findo.-----

O contrato será celebrado com Rui Manuel André do Rosário, com a fundamentação constante daquela informação.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e quatro votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação referida votaram contra esta assessoria na área económica como aliás o têm feito nos últimos anos, porque nunca nos foi facultada uma informação precisa e detalhada que nos permitisse aferir da real necessidade dos serviços prestados pelo assessor cujo contrato foi aprovado pela maioria”.-----



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente pela necessidade da prestação de serviços, nomeadamente os referidos na informação de suporte à presente deliberação, da qual solicito se anexe fotocópia à ata, no item referido de A)”.-----

[Large diagonal line across the page, likely indicating a signature or stamp area.]

SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL
Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Referência externa

Registo N.º

Data de Entrada

Origem

Assunto

Proposta de celebração de contrato de prestação de serviços, em regime de avença, tendo por objeto prestação de serviços de assessoria técnica na área financeira

DESPACHO

2014/01/30

Reunião.

O Presidente,

Dr. Joaquim Couço

C.M. St Tirso

Nº 1146 Data: 2014/01/30

INFORMAÇÃO

2014/01/29

A diretora do
departamento
administrativo e
financeiro,

Adriana Magalhães
(Dra.)

I. O contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, celebrado em 6 de março de 2013 com Rui Manuel André do Rosário, Licenciado em Contabilidade e Administração de Empresas, que tem por objeto "O exercício de funções de assessoria técnica na área financeira" terminou no dia 31 de dezembro findo.

II. Para efeitos do disposto no artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro) e para eventual decisão de celebração de novo contrato, informamos o seguinte:

A) Da necessidade da contratação dos serviços

Consideramos que se continua a justificar a assessoria técnica na área financeira, nomeadamente para a elaboração de estudos de viabilidade económica e financeira, no apoio às decisões do município no âmbito dos seus poderes tributários, no apoio à execução orçamental com respeito pelo novo regime financeiro das autarquias locais (Lei 73/2013, de 03 de setembro), que encerra soluções de enorme dificuldade para o presente e para o futuro do Poder Local, o que obriga a um grande rigor na atividade financeira do município, para que possa continuar a prestar aos munícipes os serviços até agora prestados.

Pelo que se mostra agora ainda mais importante a existência de assessoria técnica na área financeira, de modo a auxiliar os gestores nesta área, ajudar na interpretação técnica e execução da legislação financeira aplicável aos municípios, com vista à obtenção dos objetivos e metas orçamentais traçados pelo executivo e cumprimento dos princípios que regem a atividade financeira dos municípios.

B) Do objeto do contrato a celebrar

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 3 Fl. 57
4 de fevereiro de 2014

A

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, de harmonia com o previsto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e quarenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cinquenta e oito folhas, apenas utilizadas no anverso, e dois documentos anexos (anexo I, respeitante ao item cinco; e anexo II, respeitante ao item sete) que eu

Helena Adriana Salgado Fagundes

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 18/02/2014 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Sete da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Fagundes